

**A América Latina e a economia mundial:
notas sobre os casos chileno, mexicano e brasileiro¹**

Armen Mamigonian²

O Brasil, como todo o mundo, vive uma encruzilhada no interior do período histórico do capitalismo tardio, expressão de E. Mandel equivalente à transição capitalismo-socialismo. A queda da URSS não significou o fim do socialismo, que continua na China, o país que mais cresce no mundo, no Vietnã, na Coreia do Norte e em Cuba. No interior deste processo, a fase depressiva (1973-1996) do 4º ciclo Kondratiev revela evoluções desiguais no centro e também na periferia do sistema capitalista: 1) os EUA enfrentam acirrada concorrência japonesa e alemã e 2) os tigres asiáticos crescem rapidamente, apesar da crise mundial, enquanto os países latinoamericanos estão mergulhados na crise desde 1981-82.

A fase depressiva (1920-1948) do 3º ciclo Kondratiev e a contração do comércio mundial após 1929 estimularam políticas protecionistas e keynesianas no centro do sistema (EUA, Alemanha, França, etc.), assim como substituições de importações na periferia (América Latina, Ásia, Europa mediterrânea e oriental, etc.). A retomada do crescimento mundial após 1948 reativou o comércio internacional, mas a fragilidade econômica da Europa ocidental forçou o surgimento de um mercado comum continental e protecionista, que elevou a escala geográfica das atividades econômicas, a concorrência interna e a produtividade. Hoje em dia a fragilidade da economia americana obriga os EUA a organizarem um mercado continental (Nafta), seguindo o modelo europeu,

¹ Esta comunicação é dedicada à memória de Ernesto Che Guevara e de Ignacio Rangel, dois latino-americanos que pensaram a economia de maneira revolucionária e foi apresentada no V Encontro de Geógrafos da América Latina, julho-agosto de 1995, em Havana, Cuba.

² Professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

enquanto o Japão não se interessa por um bloco regional, sob forma de um mercado comum, pois seu horizonte é mundial, dada sua competitividade superior aos concorrentes.

A emergência dos novos países industriais na periferia do sistema capitalista no pós-guerra, tanto na Ásia (Índia, Tigres, etc.) como na América Latina (Brasil, México, Argentina, etc.), baseou-se em projetos nacionais de industrialização e sobretudo na reserva de mercado para as atividades internas. A chamada "globalização" liderada pelos EUA em relação à América Latina visa conseguir a abertura comercial indiscriminada dos mercados nacionais e assim a quebra da reserva de mercado, a desindustrialização, e a diminuição da soberania já limitada que desfrutamos

I

As teorias sobre o subdesenvolvimento econômico e a industrialização da América Latina reduzem-se a três grandes visões de mundo, gerais e abrangentes, pois se aplicam também às interpretações referentes ao capitalismo, ao socialismo, à expansão surpreendente dos tigres asiáticos, etc. e que são: 1) o neoliberalismo, 2) as teorias da Cepal - dependência e 3) o marxismo.

Deve-se dizer que estas teorias estavam postas desde as décadas de 1950-60 em todos os países latino-americanos. O neoliberalismo, sob influência de Hayek e Friedman, aparecia com Harberger e Corvo (Chile), Martinez de Hoz e Cavallo (Argentina), Roberto Campos (Brasil) etc., enfatizando os entraves ao livre jogo do mercado como causa da má alocação de recursos, tendo como efeito uma ineficácia crônica da economia.

As teorias com maior força e dinamismo intelectual foram as apresentadas por Prebich (Cepal) e A.G. Frank (dependência) e desenvolvidas por J. Ahumada e A. Pinto (Chile), C. Furtado (Brasil), A. Ferrer (Argentina), etc. Elas apontavam para 1) o atraso do setor agrícola (tradicional), independente da progressão do setor industrial (moderno), 2) o caráter estagnante das relações com o exterior no quadro da divisão internacional do trabalho herdada do século XIX, 3) a imitação pelas classes dominantes

locais do modelo de consumo do centro do sistema capitalista, daí decorrendo fraca propensão à poupança interna.

A visão marxista das décadas de 1950-60, desenvolvida por C. Prado Jr. (Brasil), S. Aranda, A. Martinez e Cademartori (Chile), Semo (México) etc., destacava o caráter capitalista inicial da América Latina e culpava as burguesias nacionais de incapacidade de se constituírem com independência.

C. Ominami lembrou que todas as interpretações acima apontadas apresentaram observações aproveitáveis para uma análise da realidade, mas acabaram permanecendo limitadas como explicações. Na verdade a menos rigorosa de todas as teorias na época era a marxista, pois se deixou "poluir" pelas interpretações cepalinas e dependentistas. Não adotou categorias teóricas fundamentais como modo de produção e formação social, não se preocupou em apontar as leis da acumulação capitalista externas à região (centro do sistema) e internas (nacionais), nem fez uma análise rigorosa do planejamento estatal vigente na época e principalmente não conseguiu perceber que o desenvolvimento unia atraso e dinamismo no mesmo processo desigual e combinado, onde setores adiantados apresentavam capacidades ociosas e setores atrasados funcionavam como nós-de-estrangulamento.

II

Como se processou o crescimento econômico da América Latina e sua industrialização no século XX? Nascida periférica à Europa no século XVI, teve sua produção escravista ou feudal inserida no comércio internacional. Desde o início sua economia dependeu das expansões e contrações da economia europeia, que estimulavam maior ou menor participação na divisão internacional do trabalho. Os períodos de contração do comércio internacional provocaram substituições de importações mesmo no período colonial, como assinalaram A. Humboldt (México e Cuba), e Antonil (Brasil), entre outros, em decorrência do uso de capitais, terras e força-de-trabalho que se tomavam ociosos com a contração

das exportações. Após a primeira revolução industrial o centro do sistema capitalista passou a funcionar em ciclos de 50 anos, com fases de 25 anos de expansão e outros tantos de depressão (ciclos longos Kondratiev). Assim sendo, os períodos 1790-1815, 1848-1873 e 1896-1920 foram de fortes estímulos na periferia, com a intensificação da divisão internacional do trabalho, aumentando as exportações de produtos primários: crescimento "hacia fuera"; enquanto os períodos 1815-1848, 1873-1896 e 1920-1948 corresponderam a fases de contração das exportações latino-americanas, com o conseqüente crescimento "hacia dentro", nas expressões consagradas de R. Prebich. Assim, o período depressivo mundial de 1873-1896 provocou queda nas exportações cubanas (J. Le Riverend), como em toda a América Latina, mas também estimulou substituição de importações artesanal-industrial em todo o continente, como assinalou C. Ominami para o Chile.

As tarifas de importação, fonte principal de recursos públicos durante o século XIX na América Latina, dependiam do grau de autonomia nacional. Por volta de 1810-1815 enquanto a Índia praticava tarifa de importação de 3% *ad valorem*, imposta pela Inglaterra, no Brasil a tarifa era de 15% e no México 40%. Ao longo do século XIX e até 1930 os países latino-americanos adotaram políticas de livre-comércio (tarifas baixas) nas fases expansivas do comércio internacional, mas também políticas protecionistas (tarifas mais altas), que não interessavam à Inglaterra, nos períodos depressivos. O Brasil, por exemplo, elevou suas tarifas alfandegárias em 1844 (40%) e as reduziu em 1859, prejudicando as atividades internas (como o estaleiro Mauá, no Rio de Janeiro), voltando a elevá-las em 1881 e nunca mais caírem em vista do volume dos investimentos industriais de substituição de importações realizados pelo capital comercial de export-import. Estas oscilações também ocorreram na Europa continental segundo Bairoch.

É preciso assinalar no período 1850-1920 a existência de dois tipos diferentes de inserção nacional no comércio internacional: 1) maior abertura nas relações externas (Argentina, Chile, Uruguai, etc.), com 5 a 7 libras esterlinas inglesas export-import por habitante, no final do século XIX e 2) menor abertura nas relações externas (Brasil, México, Colômbia, etc.), com 1,5 a 3

libras. Nos dois casos as curvas cíclicas também são diferentes: no primeiro caso nitidamente ascendentes, enquanto no segundo mais suaves. A Colômbia tinha 1,0 libra esterlina per-capita export-import em 1850, alcançou 3,3 libras em 1870, mas regrediu a 1,5 em 1895-1899, conforme H. Bruit.

Ao lado das dimensões geográficas das nações latino-americanas e de outros fatores, estas aberturas maiores ou menores ao comércio exterior tiveram papel importante no processo de industrialização. Se tomarmos a América Latina como um todo, o choque comercial de 1929-30 (estrangulamento cambial) desempenhou um papel automático de estímulo à substituição de importações espontâneas. Mas se compararmos os ritmos da industrialização brasileira, muito superiores aos da Argentina, temos que buscar as causas, entre outros fatores, no grau de abertura comercial precedente. A economia exportadora brasileira em 1929 representava 25% do PIB, enquanto a Argentina girava em torno de 50%. Em 1930 enquanto os setores agro-exportadores no Brasil (café), associados à indústria inglesa, foram derrubados do poder, na Argentina os setores agro-exportadores (trigo, lã, carnes) reforçaram seu poder e continuaram subordinados à indústria inglesa, com quem assinaram o acordo de 1933, semelhante ao tratado de Methuen (1703), entre Inglaterra e Portugal.

Após 1930 o Estado nacional brasileiro passou a ter uma política de industrialização, diferentemente da Argentina, com 1) distinção nítida entre importações supérfluas (bens de consumo simples) e importações essenciais (sobretudo bens de equipamento), 2) sustentação dos preços do café pelo confisco cambial sobre suas exportações e não como anteriormente, por empréstimos externos pagos pelo conjunto da economia, 3) financiamento às substituições de exportações essenciais e 4) política trabalhista paternalista, num processo de implantação do capitalismo semelhante ao prussiano. Como não foi realizada nenhuma reforma agrária, o que reduziu drasticamente o mercado interno popular, o Brasil tomou-se, muito precocemente (década de 1950), exportador de tecidos de algodão, alcançando o 6º lugar mundial na produção de fios de algodão, enquanto a Argentina

estagnava sua produção, a Colômbia crescia consideravelmente até 1990 e o Chile se desindustrializava:

Fios de algodão (1000 ton.)	1974	1990
Argentina	89	105
Brasil	152	607
Chile	22	10
Colômbia	28	82

Fonte: Images économiques du monde, Sedes, Paris.

III

As evoluções industriais tão desiguais como as acima indicadas têm muito a ver com a conjuntura mundial depressiva, iniciada em 1973 e com o avanço do neo-liberalismo na América Latina. Deve-se notar que o Chile foi o primeiro país do mundo a aplicar as idéias de Hayek e Friedman desde 1973 até hoje, apesar das "correções" necessárias, antes mesmo da Inglaterra, sem contar as experiências, também precoces na Argentina (1976-1986) e no Uruguai, sob o patrocínio do FMI e dos agro-exportadores, conforme indicaram vários estudiosos, P. Anderson, J. Ramos, Larrain e Selowsky entre outros.

É interessante comparar os países subdesenvolvidos da Ásia com os da América latina no período pós-1973: enquanto os primeiros reforçaram seus projetos nacionais de industrialização, com nítido alavancamento do Estado e contando com dívidas externas modestas (China 13%, Coréia do Sul 20%, Índia 21% do PNB em 1988), os países latino-americanos, com seus Estados nacionais enfraquecidos, foram na maioria forçados a aceitar imposições do FMI, em grande parte pela vulnerabilidade decorrente de suas dívidas externas (Bolívia 109%, Chile 86%, Argentina 70% do PNB em 1988). A primeira área é influenciada pelo Japão, país com grande superávit comercial, enquanto a segunda é subordinada aos EUA, que registram seguidos déficits comerciais (US\$ 166 bilhões em 1994), com interesse em forçar a abertura comercial das nações de sua área de influência, usando

mecanismos de supervalorização das moedas locais e estabilidades monetárias artificiais, seguidos de déficits comerciais catastróficos e novas instabilidades monetárias, tudo isso embutido no interior de políticas econômicas recessivas. Assinale-se que na conjuntura depressiva mundial pós-1973 o comércio internacional se intensificou, diferentemente da conjuntura depressiva anterior (1920-48), pois o fechamento da economia americana provocaria o rápido declínio do dólar como moeda de troca comercial. A intensificação do comércio internacional, combinada com a conjuntura depressiva mundial, tem sido mais favorável ao Japão do que aos EUA, mais favorável à Ásia do que à América latina e mais favorável aos capitais do que aos trabalhadores. Temos que tentar entender este processo no que se refere à América latina e em particular ao Brasil.

O caso chileno é o mais prolongado e o único bem sucedido experimento neo-liberal. O governo de Allende havia iniciado reforma agrária e nacionalização de empresas estrangeiras (ITT, cobre, etc.), mais foi estrangulado por violenta crise econômica e política. A produção de fios de algodão, por exemplo, que havia alcançado 27,1 mil toneladas em 1971, caiu para 22,0 mil em 1974. A contra-revolução militar realizou uma reestruturação profunda da economia e da sociedade chilena: 1) pôs fim à reforma agrária e liberou os preços agrícolas, 2) reprimiu os operários e impôs nova legislação trabalhista organizando sindicatos por empresa e tornando as greves mais difíceis, 3) privatizou a maior parte da previdência social, passando-a às mãos dos bancos, em contratos anuais leoninos (poupança interna forçada), mantendo sob responsabilidade estatal aqueles que não interessavam ao capital privado (os trabalhadores abaixo do nível de pobreza), 4) privatizou (e às vezes desnacionalizou) a maioria das empresas estatais, mantendo apenas o controle acionário da Codelco (cobre) e participações minoritárias em petróleo e eletricidade, setores considerados estratégicos, e assim o setor nacionalizado da economia caiu de 45% do PNB em 1973 para 25% em 1978, 5) deu aos capitais estrangeiros os mesmos direitos usufruídos pelos capitais nacionais, e sem encerrar a lista, 6) estimulou o desenvolvimento de novas atividades de exportação (pescado, madeiras, frutas, etc.)

O governo militar chileno ao lado dos estímulos às exportações primárias, ao sistema draw-back, etc., foi diminuindo progressivamente as tarifas de importação, a pretexto de combater a inflação superior a 300% em 1974 e 1975, fixando-as em 10% em 1979 e permitindo uma avalanche de importações de têxteis, eletrodomésticos, etc. e desmantelando o parque industrial nacional. A produção de fios de algodão caiu em 1985 a 8,4 mil toneladas, apenas 31% do que havia sido em 1971. Para compensar os déficits comerciais de 1979 e 1980 (US\$ 0,4 e 1,0 bilhão), e que tiveram seqüência em 1981 e 1982, o governo estimulou a entrada de dinheiro estrangeiro nas bolsas, atraindo-o com juros altos, um artifício que não durou muito. Em 1982 a taxa fixa do câmbio, com o escudo chileno supervalorizado em relação ao dólar, que havia estimulado importações e desestimulado exportações, foi abandonada e a moeda interna foi sendo sucessivamente desvalorizada (1982-84), em meio a uma queda brutal da economia e do emprego, como a que se registra atualmente no México, pelas mesmas razões. Os Chicago boys chilenos foram rapidamente substituídos em 1982 pelos chamados pragmáticos, mas a dívida externa que era de US\$ 5 bilhões em 1975 havia saltado para US\$ 18,4 bilhões em 1985.

A experiência chilena parecia fracassar em 1982-85, mas o regime militar mantinha alguns controles importantes, não só os acima apontados, mas a fixação da taxa de câmbio, que permitiu frear as importações após 1982, reativar lentamente a economia interna e obter superávits comerciais e a continuação da política do chamado emprego mínimo do governo (US\$ 40/mês), em frentes de trabalho hitlerianas-keynesianas.

Mas a principal razão da retomada do crescimento chileno foi a persistência da política de diversificação das exportações, que havia começado precocemente sob inspiração e financiamento da CORFO nas décadas de 1950-60, como assinalou Aníbal Pinto. A Corporación de Fomento, nascida em 1939 (o BNDE no Brasil é de 1952) havia percebido que o estrangulamento das exportações chilenas (80% cobre até 1975) era um nó que precisava ser desatado e seu Departamento de planejamento havia indicado as explorações florestais, a fruticultura e o pescado como

complementações e assim, por exemplo, a produção de cítricos de 16 mil ton. em 1955 já alcançava 82 mil em 1970.

Foram ampliados os novos negócios esboçados pelo CORFO antes de 1973 e reestruturadas regiões inteiras do país, como a área entre Santiago e o deserto de Atacama ao norte que se tomou uma enorme área frutícola exportadora e a região entre Santiago e o sul do Chile, que se tomou outra área fortemente especializada em silvicultura e também exportadora. A primeira teve a vantagem do clima seco e portanto isenta de infecções biológicas, com altos rendimentos e baixos custos. Os cítricos saltaram de 93 mil ton. em 1978 para 210 mil em 1991, além dos tomates, uvas, pêssegos, kiwi e outras frutas destinadas crescentemente às exportações. A região ao sul de Santiago foi transformada numa gigantesca área produtora de madeira, celulose e papel e apoiada em plantações de *Pinus radiata*, que na sua área de origem, Califórnia, se tomava boa para corte com 20 anos de idade e no Chile podia ser aproveitada com 15anos . Por outro lado, a pesca que havia se desenvolvido no litoral do Peru nas décadas de 1950 e 1960 acabou estimulando a repetição da experiência no Chile; que aumentou sua produção de 214 mil ton. em 1955 para 1180 mil ton. em 1970, aproveitando o percurso sul-norte dos cardumes na corrente marítima de Humboldt. A ampliação da frota pesqueira chilena e das instalações portuárias no litoral meridional elevaram as capturas para 6006 mil ton. em 1991, a 5ª produção mundial (15ª em 1974).

Os investimentos internos e externos nos setores acima mencionados cresceram (Shell p. ex., em silvicultura), mas os capitais estrangeiros deram preferência ao setor mineral, com crescimento da produção de cobre metálico para 1328,5 mil ton. em 1990, contra 647,4 mil ton. em 1970 (Broken Hill, Anaconda, etc. além da estatal Codelco). A produção mineral e metálica foi diversificada: molibdênio, lítio, ouro, prata, zinco e as exportações de cobre caíram para 45,7% do total chileno em 1990, apesar de aumentarem em termos absolutos.

Os grandes grupos chilenos, freqüentemente de origem agrária e comercial no início do século e transformados em industriais depois de 1930, tornaram-se conglomerados (10 a 12), centrados em bancos, previdência privada e export-import,

dedicados também a negócios diversificados, como navegação marítima, telecomunicações, transporte aéreo, mineração, mídia, pesca, plantas industriais de papel e celulose, de farinha de peixe, agro-industriais, etc., freqüentemente associados a capitais estrangeiros americanos, japoneses, australianos, etc. Tendo alcançado dimensões significativas e sem oportunidade de negócios internos, tem exportado capitais para a Argentina, Bolívia, Peru, etc., aproveitando privatizações ou pequenas joint-ventures.

A economia chilena foi se recuperando no final da década de 80 pelo percurso acima descrito. As exportações se diversificaram e cresceram consideravelmente: de US\$ 1,2 bilhão em 1970 a US\$ 4,8 em 1980, caíram após a crise de 1982 (US\$ 3,6 em 1985) e alcançaram US\$ 8,9 em 1991, com superávit comercial de US\$ 1,5 bilhão, sendo que o desemprego oficial de 19,6% da população ativa no auge da depressão do início dos anos 80 caiu a 6,3% em 1988. Ora, a destruição do parque industrial chileno do início da década de 70, apesar de brutal e desnecessária, foi compensada, em vista do seu tamanho relativamente diminuto (25% do PIB em 1970), pelo aumento gigantesco do setor primário-exportador, usando-se recursos naturais que permaneciam fortemente ociosos e enfrentando o estrangulamento cambial das décadas de 1950-60, como a CORFO já havia indicado. Isto quer dizer que o crescimento chileno é menos fruto do neo-liberalismo do que da relação dialética entre estrangulamentos e ociosidades, conforme assinalaram Marx e Keynes e que Rangel aprofundou estudando a economia brasileira.

A receita do FMI, atendendo aos interesses dos EUA, de abertura dos mercados nacionais latino-americanos às importações, com déficits comerciais enormes, "compensados" com o fluxo de capitais estrangeiros especulativos para as bolsas, atraídos pelos juros altos, tem provocado dumping da produção interna e conseqüente recessão interna. No auge do processo de abertura comercial do México (1992-94), o país acumulou déficits comerciais de US\$ 48,4 bilhões, reduziu suas reservas cambiais em 1994 a US\$ 6,5 bilhões, cifra insignificante, e cresceu no triênio à média ridícula de 2,2% ao ano. A experiência catastrófica iniciada no México com a crise de dezembro de 1994, equivale àquela que

aconteceu em 1982 no Chile, como salta aos olhos no quadro abaixo, da insuspeita e conservadora US-Latin trade, de agosto de 1995:

MÉXICO	1992	1993	1994	1995
Crescimento econômico (%)	2,8	0,4	3,5	-4,0
Inflação (%)	11,9	8,0	7,0	50,3
Exportações (US\$ bi)	46,2	51,9	60,8	75,0
Importações (US\$ bi)	62,1	65,4	79,4	69,0
Balança comercial (US\$ bi)	-15,9	-13,5	-19,0	6,0
Reservas cambiais (US\$ bi)	19,2	25,3	6,5	15,0
Dívida externa (US\$ bi)	133,2	153,5	163,2	164,8
Relação cambial (peso/dólar)	3,1	3,1	3,4	6,4

O programa de "ajuste" do governo mexicano, depois de criminosos déficits comerciais e da falência financeira nacional, tem provocado diminuição das atividades econômicas e desemprego, com a inflação de janeiro a julho de 1995 alcançando 35,6% ao lado de reajustes salariais de 19,5%. Mas o reajuste econômico do México em 1995 não pode ser o do Chile em 1982, pois a reduzida dimensão do parque industrial chileno e as possibilidades de expansão de setores primário-exportadores, tendo em vista capacidades naturais altamente subaproveitadas, não existem nem para o México, a Argentina e principalmente para o Brasil, economias que passaram por industrializações bastante avançadas e devem considerar estas realidades.

IV

A inflação tem sido escolhida pelos neo-liberais do mundo inteiro como o inimigo público número um, mas os estudiosos de esquerda devem eleger a crise econômica como a questão fundamental, já que a inflação é consequência da crise, um epifenômeno. Procurar remédios para a inflação é no mínimo um equívoco, quando se devem buscar os caminhos para a saída da crise, no interesse dos trabalhadores e da nação, Com maior ou

menor inflação, respectivamente nos períodos depressivos e expansivos da acumulação capitalista interna, o Brasil construiu a economia industrial mais dinâmica, complexa e estruturada da América latina, conseguindo em sucessivos ciclos econômicos juglarianos brasileiros passar dos bens de consumo simples (anos 30), aos bens intermediários (anos 40), bens de consumo duráveis (anos 50) até os bens de equipamentos pesados (anos 70). Este último setor foi constituído de empresas estatais (Mafersa), privadas nacionais (Villares, Bardella), e estrangeiras (GE, ABB).

A marcha forçada da economia nos anos 70, liderada pelos militares nacionalistas, provocou um enorme endividamento do governo brasileiro, que investiu em infra-estruturas e emprestou dinheiro barato às empresas privadas nacionais de equipamentos, mas ficou prisioneiro da elevação dos juros dos empréstimos estrangeiros e depois dos empréstimos internos. Paralelamente os investimentos em infra-estruturas (Ferrovia do Aço, usinas de eletricidade, rodovias, portos, etc.) foram paralisados, constituindo gigantescos nós-de-estrangulamento econômicos, enquanto as indústrias mecânicas ficaram sem encomendas e fortemente ociosas. Desde 1980 o Brasil vive a crise acima descrita, de maneira prolongada e perigosa, mas ela pode ser superada, no interesse dos trabalhadores e da nação pela ligação econômico-financeira entre ociosidades e estrangulamentos, que provocará a retomada do crescimento econômico e a conseqüente sanidade financeira do Estado e sua possibilidade de realizar políticas públicas, sobretudo a distribuição de lotes rurais para milhões de bóia-frias e lotes urbanos para milhões de sem-teto nas cidades, mudando a estrutura do mercado de trabalho e do nível de renda.

Esta política econômica exige concessões de serviços públicos estrangulados (usinas elétricas em construção paralisada, que são 18 no Brasil, por exemplo) à iniciativa privada, com obrigações de investimentos imediatos, usando capacidades ociosas internas (engenharia pesada, equipamentos, técnicos, trabalhadores, insumos, etc.), provocando efeitos multiplicativos enormes na economia. É preciso assinalar a inutilidade macro-econômica e social, sem falar das negociatas, das privatizações de empresas estatais brasileiras lucrativas, como as siderurgias e

petroquímicas durante FCM ou da CVRD pretendida pelo desgoverno FHC-ACM.

Deve-se notar que Cuba foi obrigada, pela queda da URSS, a usar capacidades ociosas para enfrentar os nós-de-estrangulamento (cambial, por exemplo) como os recursos naturais e humanos magníficos para o turismo, terras e trabalho ocioso na produção de alimentos (autoabastecimento das forças armadas, das usinas de açúcar e oficinas mecânicas anexas, etc.). O México construiu 4000 quilômetros de rodovias, apesar do período neo-liberal recente, usando este mesmo princípio, assim também a concessão de portos, em cogitação.

É preciso enfatizar que pensadores como Che Guevara e Ignacio Rangel continuarão iluminando as lutas dos trabalhadores latino-americanos. Rangel estudou a acumulação capitalista do nosso ponto de vista e mostrou que existem apenas três fontes de poupança: 1) o arrocho salarial, que é poupança reacionária, 2) a poupança externa, que provoca dependência e 3) a capacidade ociosa interna, a única progressista.

Referências:

- Larrain, F. y Selowsky, M (compiladores): **EI setor público y la crisis de la América Latina**, México, 1990.
- Ominami, C.: **Chili: échec du monétarisme périphérique**, in Boyer, R. (org.): **Capitalismes fin de siècle**, Paris, 1986.
- Pinto, A.: **As raízes do experimento ortodoxo chileno**, in **Novos Estudos CEBRAP n° 27**, São Paulo, 1990.
- Rangel, I.: **Economia: milagre e anti-milagre**, Rio de Janeiro, 1986.
- Ramos, J.: **Política econômica neoliberal em países del cono sur de America latina - 1974-83**, México, 1989.
- Sader, E. e Gentili, P.: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**, São Paulo, 1994, em especial P. Anderson.
- Vuskovic, P.: **O FMI e a crise econômica da América latina**, in **Novos Estudos CEBRAP n° 15**, São Paulo, 1986.